

A FUMICULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DE JAGUARI/RS

TOBACCO AND FAMILY AGRICULTURE: THE CASE OF JAGUARI/RS

EZEQUIEL REDIN¹

Recebido em: 28/04/2010

Aprovado em: 05/04/2011

RESUMO

Este trabalho versa sobre o sistema de produção de fumo no município de Jaguari/RS, que vem ganhando evidência pela escolha produtiva entre os agricultores como fonte de renda principal. Através das orientações metodológicas da Análise do Diagnóstico dos Sistemas Agrários do III e IV Distrito do município e da análise de discurso dos agricultores qualificados, buscou-se caracterizar e discutir a racionalidade e a importância do cultivo para as famílias agricultoras. Com isso, foi possível perceber a transição acentuada de agricultores para o sistema de produção de fumo e as diferenças entre os atores rurais. O cultivo desse produto, tendo alto índice de rentabilidade por hectare, é destacado pelos agricultores como principal meio de sobrevivência. Nesse sentido, é possível fazer uma articulação teórica e pontuar os reflexos dessa pesquisa em torno da discussão do tabaco e as ineficientes ações em relação às políticas de diversificação para essa cultura. **Palavras-chave:** Fumo; Reprodução das famílias; Fumicultores; Jaguari/RS

ABSTRACT

This work turns on the system of production of the tobacco in the municipal district of Jaguari/RS, which is taking evidence for the productive choice among the farmers as source of main income. Through the methodological orientations of the Analysis of the Diagnosis of the Agrarian Systems of the III and IV

District of the municipal district and of the analysis of the qualified farmers' speech it was looked for to characterize and to discuss the rationality and the importance of the cultivation for the farming families. With that, it was possible to notice the farmers' accentuated transition for the system of production of the tobacco and the differences among the rural actors. The cultivation of that product, tends high profitability index for hectare is detached by the farmers as main middle of survival. In that sense it is possible to do a theoretical articulation and to punctuate the reflexes of that research around the discussion of the tobacco and the inefficiencies actions in relation to the diversification politics for that culture.

Keywords: Tobacco; Reproduction of the families; Tobacco growers; Jaguari/RS.

1 Introdução

Este trabalho, como qualquer discussão da realidade, tem sua trajetória permeada das vivências pessoais adquiridas ao longo do tempo. Portanto, adverte-se que este parte da complexidade e da dinâmica existente no meio rural para apontar que existe, antes de tudo, a necessidade de condições dignas aos agricultores que sobrevivem das atividades agrícolas. Assim, a direção desta experiência focalizou-se, antes de tudo, na condição em que o agricultor se coloca em uma relação de subordinação da atividade agrícola ao grande capital industrial. O argumento se constrói, ao longo do tempo, em uma discussão infindável desde as

¹ Acadêmico de Especialização em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutorando em Extensão Rural pela UFSM. E-mail: ezequielfredin@gmail.com.

primeiras afirmações de Kautsky (1972) e, posteriormente, de Wilkinson (1986, 2002), entre outros. Os analistas perceberam as transformações da agricultura contemporânea e a crescente subordinação da atividade agrícola à indústria. A mais contemporânea discussão encontra-se em *Camponeses e impérios alimentares*, do autor holandês J. Van der Ploeg, publicado em 2008.

Nesse contexto, não existe nenhuma flexibilização para uma ação independente do agricultor, seja em relação às práticas de cultivo, aos padrões de armazenamento, às condições de comercialização, aos requisitos de qualidade, às formas de pagamento, à habilidade de agregação de valor ou ainda da sua autonomia na relação tempo/trabalho/espço de produção. Todas, com raras exceções, são rigorosamente geridas pelas relações que mantêm com o capital.

É nesse breve argumento que se reproduz a análise das relações entre o agricultor e o cultivo de fumo na região de Jaguari/RS. Logo, esta abordagem estará reportada a uma apreciação de dados secundários sobre o tabaco, bem como da análise da investigação empírica referente ao contato com a realidade dos fumicultores da região do III e IV Distrito do município. Não obstante, deixa-se claro que não se propõe analisar essa temática nas relações de sustentabilidade ambiental ou sob os aspectos maléficos sobre a saúde do agricultor ou do consumidor. Esta análise, bem menos audaciosa, propõe considerar a realidade do agricultor familiar (ou fumicultor) na sua condição de reproduzir, considerando tanto suas limitações e menor acesso dos fatores de produção como sua dependência ao sistema industrial. Então, sustentar-se-á a sua racionalidade de produção voltada para a lógica econômica mercantil. Pollan (2007), sob a análise de toda cadeia alimentar, também verifica a relação de dependência do agricultor com o complexo industrial em uma relação entre produção e consumo.

Cabe salientar que essa abordagem parte da preocupação da reprodução da família, das condições de acesso a serviços, da

qualidade de vida e do crescimento econômico da propriedade. Em um segundo momento, como reflexo da ação extensionista, essa abordagem se propõe a analisar as possibilidades que conduzem ao fumicultor a firmar essa integração com as agroindústrias processadoras de fumo, o qual se submete a essa dependência do capital. Procurou-se explicar sua racionalidade e preocupações desses sujeitos com o ambiente e as práticas agrícolas adotadas, como também inserir sua imobilidade perante a dominação do mercado. Então, a investigação insere como *problema-guia* a tentativa de compreender porque o agricultor toma a decisão de utilizar o sistema de produção de fumo na sua propriedade como fonte de renda principal.

Ao ponderar essa experiência, o *objetivo* desse trabalho é propor uma reflexão sobre a racionalidade de produção do fumicultor, bem como mostrar que existe uma diferença circunstancial entre os produtores de fumo, em termos de restrição de fatores de produção, e demais pontos envolventes no canal de comercialização. Tal desconhecimento provoca distorções da realidade rural e conduz a ações de desenvolvimento errôneas e particularizadas que refletem, conseqüentemente, a políticas incondizentes com o desenvolvimento da maioria dos agricultores e sua ineficácia em relação a alternativas a cultura. Nesse sentido, a contribuição dessa investigação vai além da visão nociva do cultivo do fumo, buscando também discutir sua importância em termos de continuidade da reprodução familiar.

2 Procedimentos metodológicos

Este trabalho segue a orientação metodológica proposta por Márc Dufumier denominada Análise do Diagnóstico dos Sistemas Agrários. Este método visa compreender a realidade em que se apresentam as interações que se dão entre as pessoas e as condições naturais, dentro dos processos investigativos da área rural do município de

Jaguari/RS. Para tanto, é necessário seguir alguns critérios. O primeiro parte de uma análise da realidade específica, dando prioridade ao processo explicativo e ênfase ao artifício histórico. Por fim, versa sobre uma heterogeneidade da realidade investigada, negando a possibilidade de explicações generalistas (DUFUMIER, 1996).

A análise adotada como metodologia considera a observação do geral ao particular. O método aponta para a explicação dos fatos e não apenas para a descrição dos fenômenos observados. Parte-se de uma estratificação da realidade para estabelecer conjuntos homogêneos e contrastados, definidos de acordo com o desenvolvimento rural, por intermédio do zoneamento agroecológico, da tipologia de produtores e dos sistemas de produção. É necessário entender as relações entre as partes e entre os fatos ecológicos, técnicos e sociais que condicionam e elucidam a realidade, para isso, utiliza-se o enfoque sistêmico que envolve uma análise entre o sistema agrário, sistema de produção, sistema de cultivo e sistema de criação (GARCIA FILHO, 1999).

Garcia Filho (1999) afirma que o método trabalha com amostragens dirigidas, de forma que se possa analisar a heterogeneidade dos fenômenos mais importantes observados. O tamanho da amostra é determinado pela complexidade e pela diversidade da realidade estudada. O método envolve uma investigação teórica sob dados secundários e mapas temáticos: análise dos estudos já existentes, leitura da paisagem e resgate da história. No segundo momento, dividiu-se o município em três regiões homogêneas, conforme a similaridade de produção, dos recursos humanos e dos materiais disponíveis para o estudo.

A região analisada se refere à parte das localidades do III Distrito: Linha 20, Boa Vista, Barragem, Santos Reis e Boca da Picada Segredo, Rincão dos Piveta, São Valentin, Boa Esperança e Bom Respiro. Outra parte é direcionada ao IV Distrito que é composto pelas seguintes localidades: Santo Antônio, Pinheirinho, São Xavier, São José dos Brauner, Linha Schopf, Rincão dos

Alves e Pessegueiro. Essa região faz divisa com os municípios de Jarí, Toropi e Mata. É caracterizada pela grande produção de fumo e algumas derivações de pecuária, soja, milho e feijão, entre outros cultivos para o autoconsumo.

Após uma breve leitura da região, foram estabelecidos com os agentes de extensão os informantes qualificados para caracterizar as condições agroecológicas e socioeconômicas da região. Foi possível reconstituir o processo de evolução do sistema agrário e a caracterização e tipificação dos agricultores e moradores da localidade. Por fim, foi realizada a tipificação dos sistemas de produção mais homogêneo da localidade e identificado, posteriormente, o agricultor mais representativo para fins de diagnóstico.

É importante destacar que este estudo é um recorte da análise do diagnóstico dos sistemas agrários de parte do III e IV Distrito de Jaguari/RS. Portanto, seria fora de alcance tentar discutir toda uma complexidade de dados e informações de um diagnóstico completo. A metodologia foi apresentada para demonstrar como ocorreu o estudo do sistema de produção de fumo. Essa abordagem, além de técnica, se reporta uma análise de dados secundários, com referência aos dados discursivos¹ dos sujeitos investigados e que os legitimam a continuar na atividade fumicultora. Por isso, tentou-se conciliar o uso de dados empíricos, teóricos, sociológicos e, também, socioeconômicos.

¹ Esses dados serão analisados com base na análise de conteúdo. Esse instrumento metodológico caracteriza-se por um conjunto de técnicas de análise dos dados, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos, obter indicadores que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens (BARDIN, 1977) e da tipificação dos grupos de agricultores que representam a região. Conseguiu-se, então, estipular algumas inferências sobre a fumicultura e sua racionalidade.

3 A fumicultura como suporte as estratégias de reprodução

A fumicultura no país, gradativamente, tem se intensificado no cenário produtivo das unidades de produção agrícolas que possuem restrições nos fatores de produção, especialmente, terra e mão de obra. Convém lembrar que o Brasil é o segundo maior produtor de tabaco mundial, e um dos principais polos de produção de fumo no país é o estado do Rio Grande do Sul, concentrando, principalmente, a região do Vale do Rio Pardo, em especial, ao município de Santa Cruz do Sul (região preferencial) e cidades circunvizinhas.

Na safra de 2008/2009, segundo parâmetros do Sindicato da Indústria do Tabaco (SINDITABACO), somente a Região Sul², responsável por 95% da produção do país, chegou a um patamar de 739 mil toneladas de fumo em folha. A cultura está presente em 730 municípios, envolvendo mais de 186 mil agricultores familiares, proporcionando 30 mil empregos diretos nas indústrias de beneficiamento. Apesar da pequena área produzida, a renda bruta da safra 2008/2009 destinada aos produtores chegou a R\$ 3,8 bilhões para uma estimativa de 800 mil pessoas no meio rural.

Segundo pesquisa da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA, 2010), a atividade fumageira no país é característica por desenvolver-se em pequenas propriedades, tendo em média 16,1 hectares, dos quais apenas 2,5 hectares são dedicados a produção do fumo. Embora a área utilizada pela cultura é considerada baixa, o cultivo representa em média 65% da renda do agricultor. O restante da área é reservado a culturas de subsistência ou culturas alternativas (27,8%); criações de animais e pastagens (23,4%); florestas nativas (15,5%); reflorestamento (10%); e açudes e áreas de descanso (7,5%). Outro dado apontado pela Afubra

informa que 23% das famílias que produzem fumo (estimativa da última safra 2008/2009) não possuem o fator de produção mais importante: a terra. Assim, estima-se que 42 mil famílias desenvolvem a cultura na forma de parceria ou arrendamento.

Além dos dados apresentados pela Afubra sobre o cultivo das áreas remanescentes, pode-se destacar, caso as condições agroecológicas permitirem, o uso de culturas comerciais tais como a soja, o milho e o trigo. Essas culturas, principalmente, refletem a característica mercantil da propriedade, ou seja, a racionalidade do produtor rural está totalmente voltada para o mercado, mas não negando as características familiares intrínsecas. Outra consideração pertinente é sobre a possibilidade vislumbrada de renda, o que faz alavancar o índice de famílias da cidade que migram para o campo visando à produção de fumo, deslumbradas com a renda bruta obtida pelos agricultores, caracterizando, em parte, o percentual de famílias que estão produzindo em parceria ou arrendamento. Diehl et al. (2005) distingue três categorias de agricultores familiares que produzem fumo: 1) os que não têm terras e se associam a outros para cultivar o fumo; 2) os meeiros, mais conhecidos como sócios; e 3) os agricultores que dispõem de terras próprias para a produção.

Em caso de arrendamento, é possível identificar uma assistência significativa das empresas fumageiras para o início da atividade, isto é, o fornecimento de crédito a prazo para quitar com um percentual da produção, a fim de constituir todo seu ativo imobilizado necessário ao cultivo do tabaco. Portanto, além do acompanhamento pelos serviços de assistência técnica, a empresa proporciona condições para a família desenvolver essa atividade, acarretando, pelos menos por alguns anos, a sua dependência com a indústria. Nesse contexto, ter-se-á duas situações prováveis: 1) a família conseguirá produzir e, com o passar do tempo, quitará seu crédito perante a empresa e começará a criar seu próprio capital de giro ou 2) o produtor sofre com as altas taxas de juros e/ou com a pouca experiência com esse

² A Região Sul é constituída pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

cultivo, trazendo resultados pouco significativos, acarretando em um processo de endividamento rural cada vez maior. Nesse último caso, a única saída para a família fumicultora é a quebra de contrato com empresa, desviando toda sua produção a concorrente para ter condições de continuar a produzir. A dívida na primeira empresa é, então, adiada por mais algum tempo, caso não seja quitada pelo menos no acordo firmado entre o técnico e o agricultor, a empresa usa de artifícios jurídicos para recuperar parte de seu investimento. Isso se concretiza com o “arresto”, ou seja, a empresa, com um mandato judicial, chega à propriedade da família, próximo ao período de comercialização, e toma posse da produção de fumo em folha proveniente da safra. Portanto, de um lado, a família necessita quebrar o contrato para a sobrevivência, e, de outro, a empresa procura não ter prejuízos financeiros maiores com o investimento.

Entretanto, a maioria dos fumicultores que são provenientes do meio rural que possuem o “saber-fazer” da produção e o controle da situação desenvolve a atividade sem maiores conturbações. Claro que as condições que são colocadas no momento da comercialização do produto fazem o agricultor decidir sobre “quebra” ou não do contrato. Caso decidir a “quebra” do contrato, por perceber que sua produção não será valorizada como acreditava merecer, ele procura a concorrência ou mesmo os “pica-retas”, ou seja, os atravessadores que, de alguma forma ou outra, todas as empresas possuem, a fim de conseguir atingir a cota estimada de produção. Ao fumicultor, caso venda sua produção à concorrência ou ao atravessador, faz o quitamento da dívida em forma de dinheiro, não sendo a preferência das multinacionais. No entanto, estas concordam para continuar no próximo ano com o contrato de produção com o agricultor, pois, caso seu processo de comercialização estiver mais favorável no próximo ano, conseguirá trazer a produção do produtor para a empresa.

No caso do atravessador, este torna-se um elo importante da empresa com o

fumicultor e, certamente, compete com as outras empresas. O atravessador é estimulado a receber um percentual acima do preço de venda (comissão) caso trouxer a produção de fumo de um agricultor que mantém relações contratuais com a empresa concorrente. Dessa forma, existe uma condição favorável ao agricultor, pois tem a possibilidade de aumentar a sua renda na venda fora do contrato. Essas relações, muito pouco citadas no ambiente formal, são comumente estabelecidas no âmbito da comercialização do produto. Então, existe a subordinação a empresa, mas o agricultor possui meios informais que possibilitam também barganhar preço no momento da venda. Claro que as multinacionais têm um espírito corporativo interessante e não extrapolam os limites condizentes a sua posição perante as concorrentes, caso isso se estabeleça, ela ficará cada vez mais frágil e *sozinha*, devido ao seu descompromisso com o setor.

Nas pesquisas da Afubra sob estimativa da Safra 2008/2009, foi estabelecido um perfil dos fumicultores em relação ao tamanho das propriedades e ao número de famílias que representam. Pode-se perceber que o número de famílias que possui de um a dez hectares é relativamente superior, com 68.377 famílias, tendo uma representação de 36,6%. Em comparação à média citada anteriormente, tem-se um aumento das famílias com restrição ao fator de produção terra, ou seja, a cultura está se estabelecendo em unidades de produção cada vez menores, dando caráter a uma produção altamente concentrada em dois hectares ou mais, quando os outros fatores forem oportunos.

Sob essa análise, o Sindicato da Indústria do Fumo (SINDITABACO) afirma que há décadas as indústrias de beneficiamento de tabaco incentivam os produtores a diversificar suas atividades, justamente para que não dependam exclusivamente de uma cultura. Pelas atividades paralelas, os produtores reduzem seus custos com a alimentação da família e de animais criados na propriedade, bem como adicionam renda com a comercialização da produção excedente. É um meio de melhorar a

qualidade de vida das famílias e contribuir para que permaneçam no meio rural, reduzindo as chances de êxodo para os centros urbanos (SINDITABACO, 2010).

A diversificação na unidade produtiva é realmente indicada pelas empresas do setor fumageiro, desde que a atividade principal (fumo) não seja prejudicada por tal. Cabe lembrar que a mão de obra no cultivo de fumo é limitante e, como a cultura necessita de muita atenção durante o ano agrícola, ela faz com que os agricultores reduzam as atividades paralelas para se dedicar ao fumo. Porém, isso não é representativo em todas as regiões, pois dependerá da dinâmica produtiva, cultural e social em que o tabaco está inserido. O que existe é uma tendência à especialização na busca de maior lucratividade por hectare, muitas vezes, abandona-se a agricultura diversificada e assume-se a especialização em um, ou no máximo dois, produtos de apelo de mercado. Talvez, se considerar uma especialização na lógica comercial ou mercantil, ela se torna condizente, mas para supor que os agricultores abandonam totalmente as culturas de autoconsumo é necessário um estudo mais aprofundado e pontual a cada região.

Ao ser inserida na prática, essa questão torna-se muito delicada, pois a diversificação na propriedade, quando estimulada, necessita de mais trabalho por parte do agricultor e, conseqüentemente, mais mão de obra. Por outro lado, a diversificação é uma forma de evitar com que diminua drasticamente a produção de alimentos em prol da fumicultura, o que seria o caos. Levando a questão para a escala estritamente econômica, percebe-se ligeiramente o benefício/retorno aos municípios que possuem como atividade primária principal o cultivo de fumo. Ao analisar o caso do município de Jaguari/RS, nota-se que a cultura comercializada representa, para o município, 46% do PIB agropecuário, ou seja, para os gestores públicos, a cultura é prioridade em qualquer que seja o município agrícola³,

³ O maior exemplo no Rio Grande do Sul é a cidade industrial de Santa Cruz do Sul que teve um crescimento econômico

com raras exceções daqueles que tenham outra atividade mais rentável. Portanto, é por essas e outras razões que, em prol do crescimento econômico da região, dificilmente se notará um gestor público que se posicione contrário à produção de fumo, pois, além do retorno financeiro ao município também em momentos de escolha das lideranças, os fumicultores têm papel decisivo. Portanto, não será concedida legitimidade a uma pessoa com uma ideologia contrária a produção de tabaco. Por essas e outras, as discussões em relação à diminuição do cultivo do fumo e da sua substituição através da legitimação da convenção-quadro⁴ não têm resultados efetivos em termos práticos.

Ao programa de diversificação imbuído pelas diretrizes governamentais ainda não se obtiveram resultados concretos nas áreas de frequência do cultivo de fumo, uma vez que os agricultores carecem de mão de obra, assistência técnica, garantia de preço mínimo, instabilidade climática e sem diferenciação sob a agricultura de economia de escala. Também por ser uma experiência piloto e pontual, sem mencionar a necessidade de expansão e diferentes abordagens de acordo com cada realidade local.

Em relação ao cultivo de fumo e sua distribuição territorial, um estudo realizado por Diesel et al. (2000), sobre dados referentes aos níveis de produção e comportamento dinâmico identificou três zonas: 1) zona preferencial caracterizada por nível de produção alto, baixa frequência, baixa intensidade, médio e baixo intervalo das variações significativas; 2) zona periférica caracterizada por níveis de produção variáveis

muito acentuado nas últimas décadas. Por isso, nesse ambiente, dificilmente se notará questionamentos sobre a problemática da cultura do fumo pelos gestores públicos ou pela comunidade local devido às oportunidades, empregos e renda movendo toda a economia do município.

⁴ A convenção-quadro é um instrumento legal, sob forma de um tratado internacional no qual os estados signatários concordam em empreender esforços para circunscrever a epidemia causada pelo tabaco, reconhecida como um problema global com conseqüências graves para a saúde pública. Foi aprovado por unanimidade na 56ª Assembleia Mundial da Saúde, no mês de maio de 2003 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

(alto/médio/baixo), alta frequência e média intensidade e alto intervalo das variações significativas; 3) zona marginal caracterizada por níveis de produção baixos, média frequência, alta intensidade e médio intervalo das variações significativas.

A partir dessa caracterização, Diesel et al. (2000) afirmam que, analisando os dados relativos à produção dos diversos municípios, comprova-se que a zona preferencial é restrita geograficamente e se estabelece junto das empresas agroindustriais processadoras (empresas fumageiras). A maioria dos municípios produtores proporciona um comportamento dinâmico próprio ao das zonas periféricas. Poucos municípios apresentam uma dinâmica própria as das zonas marginais, em geral, são aqueles onde a produção é muito baixa e, inclusive, nula em certos períodos.

Nessa afirmação, o município de Jaguari/RS está elencado nas zonas periféricas por se distanciar territorialmente das empresas integradoras de fumo, que estão localizadas na região do Vale do Rio Pardo (Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vale do Sol e Candelária).

4 Possibilidades explicativas para as constatações empíricas: a transição para a fumicultura no III e IV Distrito de Jaguari/RS

Na imersão da realidade dos sistemas de produção do III e IV Distrito de Jaguari/RS, buscou-se entender o processo de evolução do sistema agrário na região. Partindo dessa concepção, notou-se que, anteriormente a década de 70, a produção na região era basicamente constituída pela cevada, linho, centeio, lentilha, trigo, aveia (preta e branca), feijão, milho e soja. Todas essas culturas eram conduzidas pelo esforço árduo dos agricultores, uma vez que não tinham tecnologias apropriadas para fazer a colheita de tais produtos, e certamente, se coexistiam, essas tecnologias não poderiam ser empregadas a todos os produtores devido às limitações agroecológicas que marcam a região, principalmente a localidade de San-

to Antônio, onde a estrutura média fundiária por agricultor é de apenas dois hectares com altas restrições agroecológicas.

Após a década de 70, a dinâmica produtiva teve readequações, pois percebeu que as culturas como o trigo não tinham mais produtividade. Tal constatação é afirmada pelos informantes qualificados que perceberam o processo de desgaste do solo. Isso tem reflexo direto e concomitante a época de aumento de produtividade no país, em que as técnicas utilizadas provocaram enormes danos ao meio ambiente, em consequência, erosão do solo e enfraquecimento da fertilidade natural. Isso ocorreu devido ao manejo com arações constantes em declividades acentuadas que proporcionam uma perda acentuada de solo, após as precipitações que ocorriam.

Nesse contexto, os agricultores investiram nas culturas do feijão, milho e algumas lavouras de soja. Estes sistemas de produção tiveram seu auge no ciclo produtivo até a década de 90, após esse período, refletiu uma queda na rentabilidade, principalmente da soja, em que o pacote tecnológico (insumos agrícolas) começou a sobrepor o valor da produção. Consequentemente, o alto custo de produção aliado às dificuldades inerentes às unidades de produção condicionaram uma redução no cultivo da soja.

O próximo ciclo produtivo chega à região como potencial de desenvolvimento econômico para os agricultores. O cultivo do fumo ingressa em algumas propriedades, e a sua capacidade de geração de renda, em espaços inóspitos e restritos, elenca uma nova fase de produção. A partir desse momento, a expansão do fumo se torna inevitável, devido a sua produção intensiva utilizando pouca terra em concomitância a uma renda relativamente elevada. O trabalho manual que vinha sendo dispendido nas outras culturas é remanejado para o sistema de produção fumo. Claro que, ao mesmo tempo, em sucessão a cultura, se desenvolve o feijão (safrinha) ao qual se vende o excedente e o milho que é prioritariamente ao abastecimento da propriedade. O principal cultivo econômico passa a girar em tor-

no da cultura do tabaco e sua integração com a agroindústria fumageira que lhes proporcionaram uma série de benefícios que até o momento não tinham acesso.

O cultivo do fumo tipo *Burley* é o que se consolida na região, pois seu manejo não necessita de tanto investimento imobilizado e evita o desmatamento, já que sua secagem é realizada em galpões. Redin et al. (2009), em estudo sobre o fumo em Arroio do Tigre, afirma que o maior emprego do cultivo tipo *Burley* (fumo de galpão) se deve porque essa variedade não necessita de lenha e fornos de estufa para secá-lo, não pressionando sobre a mata nativa e diminuindo seus custos de instalações na propriedade. A forma de secagem, no entanto, é realizada pendurando-se a planta de fumo em arames estendidos nos galpões construídos para tal⁵, cujo investimento é menor se comparado aos fornos.

Na região estudada, isto se reflete na intensa fiscalização das áreas de preservação do território, por isso, apesar do cultivo do fumo tipo *Virgínia*⁶ (fumo de estufa) proporcionar uma renda mais elevada, ele é descartado pela possibilidade de serem coagidos pelas leis punitivas de proteção ao meio ambiente, uma vez que o cultivo necessita de lenha para secagem das folhas.

Um estudo realizado por Diehl et al. (2005) no município de Paraíso do Sul aponta que os dois tipos de fumo distinguem-se pela quantidade de mão de obra demandada com o cultivo. Segundo suas investigações, o fumo *Burley*, cultivado nas microrregiões de colonização italiana, geralmente é associado a outros cultivos, enquanto o de estufa, amplamente predominante na microrregião de colonização alemã, é cul-

tivado na forma de monocultura, raramente ocorrendo associado à outra cultura de forma comercial.

Já na região distrital de Jaguari não é possível fazer tal afirmação em relação à colonização, devido a uma interferência externa as tradições culturais. Normalmente, o que se torna decisivo para o cultivo de um ou outro tipo de tabaco é o acesso à lenha de eucalipto⁷ trazida de fora do município ou, em última instância, é a mão de obra disponível na propriedade, uma vez que o cultivo de fumo tipo *Virgínia* necessita de mais trabalho.

A partir de meados da década de 90, o cultivo de cana-de-açúcar, uva⁸, arroz, soja, pecuária⁹, milho, feijão e fumo¹⁰ se sobrepõem nas regiões do município de Jaguari/RS. Assim, as áreas altas começaram, aos poucos, a migrarem para o cultivo do fumo. Ao analisar os dados da produção de fumo de 20 anos atrás (Quadro 01), verifica-se que, em relação ao ano de 1991 até o momento, teve-se um aumento de 548,77% em hectares plantados no município de Jaguari/RS. Isso possibilita afirmar que está acontecendo um processo de migração para o cultivo do fumo, considerando que o trabalho inerente à atividade é elevado e impossibilita desenvolver outras culturas que exigem muita atenção em relação à mão de obra.

Segundo Diehl et al. (2005), a produção de fumo é realizada em baixa escala de produção por necessitar de muita mão de obra, restringindo-se às pequenas áreas de acordo com a mão-de-obra disponível que, normalmente, é familiar. Por isso, gera-se uma relação inversamente proporcional com a produtividade e a qualidade do produto, ou seja, quanto maior a área, menor a

⁵ No município de Jaguari/RS, os agricultores usam varas afincadas nos pés de fumo estendidas nos galpões para secagem.

⁶ O cultivo de fumo tipo *Burley* (fumo de galpão) e o tipo *Virgínia* (fumo de estufa) se diferenciam em relação ao manejo do agricultor, apenas, no processo de colheita e secagem das folhas. Ao segundo, o valor tabelado pela produção comercializada é mais elevado, devido sua maior aceitabilidade no mercado internacional. Existe ainda o fumo tipo *Comum* que é similar ao tipo *Burley*, mas seu valor de comercialização é menor e possui maior teor de nicotina.

⁷ A Lenha de eucalipto é liberada ambientalmente para a utilização na propriedade. Por esse motivo, as empresas fumageiras disponibilizam mudas e influenciam o cultivo de eucalipto na propriedade, caso tiver área disponível para tal.

⁸ O cultivo da uva segue a tradição da colonização italiana e esta se procede no I Distrito de Jaguari/RS, especialmente, Chapadão. A cana-de-açúcar abrange e parte do III Distrito, mas já existe uma migração para o cultivo do fumo.

⁹ Arroz, soja e pecuária refere região do II Distrito.

¹⁰ Milho, feijão e fumo nas regiões do III e IV Distrito.

FUMICULTURA REGIONAL Jaguari - RS					FUMICULTURA REGIONAL Jaguari - RS				
ANO	Famílias produtoras	Hectares plantados	Produção t	R\$/kg	ANO	Famílias produtoras	Hectares plantados	Produção t	R\$/kg
1991	158	326	515		2001	440	1.027	2.102	2,44
1992	269	614	1.178		2002	528	1.309	2.807	2,82
1993	371	805	1.679		2003	549	1.282	1.995	3,73
1994	330	661	1.247	1,21	2004	640	1.410	2.923	4,17
1995	289	581	1.048	1,55	2005	656	1.468	2.792	4,15
1996	349	640	1.066	1,95	2006	808	1.833	3.529	4,10
1997	362	728	1.538	1,89	2007	754	1.555	3.424	4,16
1998	450	922	1.460	1,89	2008	800	1.595	3.245	5,42
1999	489	998	2.146	1,82	2009	921	1.757	3.439	5,62
2000	458	1.021	2.225	1,99	2010	943	1.789	2.896	5,98

Quadro 01 – Evolução do cultivo de fumo em Jaguari/RS.

Fonte: Adaptado de Afubra (2010).

qualidade e a produtividade (mantendo a variável mão de obra constante), pois se trata de uma cultura que exige muita dedicação.

É interessante comentar que a área de produção de tabaco não aumentará significativamente nas propriedades que já cultivam fumo, pois os fatores de produção limitantes (mão de obra e ativo imobilizado) impedem esse processo. O que pode acontecer é o aumento do número de hectares plantados ao passar dos anos conciliado com o ingresso de mais famílias agricultoras na atividade fumageira, dando margem a uma migração maior. Então, a relação unidade de produção agrícola x hectares cultivados é uma relação pontual que não se aumenta muito em área cultivada, a não ser que se tenha um incremento na mão de obra, o principal condutor dessa análise. Ou ainda, aumentar a produtividade do cultivo, porém lembrando que essa está interligada com o manejo do fumicultor, a fertilidade e as condições climáticas anuais. Nessa direção, é possível perceber que do ano de 2006 a 2009 teve-se uma produção em toneladas acima dos 3.000, e nesse último ano, aconteceu uma diminuição desse dado. Tal queda é explicada, pois, no momento próximo da colheita, ocorreram precipitações elevadas que afetou a produtividade

do tabaco. Desse modo, explica-se a diminuição da produção deste último ano.

Sob esses dados disponibilizados pela Afubra, existem algumas variações em termos de hectares cultivados pelo fumo. Tal variação é conduzida, pois os dados informados são apenas aqueles hectares formalizados na relação contratual entre os fumicultores e as empresas de fumo. Normalmente, o fumicultor avesso aos riscos das intempéries climáticas¹¹ planta uma parcela um pouco maior para, em caso de perdas, não diminuir tanto a sua produção. Desse modo, se confere uma diferença de dados existentes sobre a quantidade exata de hectares plantados, que também é calculada, principalmente, pelo número de pés de fumo, pois não são medidos os hectares.

As aparentes facilidades de comercialização do tabaco, em que há segurança de compra pelas indústrias fumageiras, têm garantido a permanência dos produtores na atividade e ganhado a adesão de outros. Nos demais cultivos, não se têm garantia de venda do produto e nem dos preços que serão pagos como acontece

¹¹ A Afubra possibilita ao fumicultor um contrato para assegurar sua produção de fumo às intempéries climáticas. Caso o número de pés transplantados forem maior que o contrato, ela faz o cálculo descontando a área não incluída na formalização. O seguro é pago em valores de arroba de BO1, ou seja, o valor mais alto de fumo tipo *Virginia* existente, independente do tipo de fumo assegurado (*Burley*, *Virginia* ou *Comum*).

com o fumo (REDIN et al., 2009). Segundo Bortoluzzi et al. (2006), existem vários fatores para a preferência do cultivo do tabaco como a predominância de pequenas propriedades no meio rural, a disponibilidade de mão de obra e a ausência do estado em termos de programas assistenciais e estratégicos. Além disso, salientam a rentabilidade econômica elevada por unidade de área e a não necessidade de conhecimentos em planejamento e em administração da propriedade.

5 Fumicultores e suas peculiaridades em Jaguari/RS

Após a imersão nos processos investigativos da região estudada de Jaguari/RS, pode-se notar que, no local, deparou-se com diferentes produtores de acordo com suas estratégias em relação ao cultivo do fumo. Propõe-se, nesse momento, uma breve caracterização sobre os fumicultores não tendo a pretensão de ser exaustivo, mas apenas de colaborar na distinção entre as diferentes realidades vivenciadas no espaço rural, envolvendo a fumiicultura no município. Para tanto, considera-se uma análise da realidade local, acompanhada de dados secundários e informações dos agricultores qualificados.

Tal caracterização é levada em consideração a uma análise pontual da experiência de Jaguari/RS que proporcionou vivenciar aspectos da unidade de produção em relação à escala de produção, condições agroecológicas, acesso à tecnologia e canal de comercialização. Esses fatores intervenientes na racionalidade do agricultor influenciam no giro de capital e também consideram a distinção dos fumicultores mais desenvolvidos do que outros, por motivos alheios a sua capacidade de trabalho. Assim, pode-se ter três tipos de fumicultores:

Fumicultores com alta restrição:

Essa categoria caracteriza-se pela inexistência de condições agroecológicas favoráveis ao cultivo do tabaco. Nessa linha, têm-se agricultores de zero a cinco hectares

com fatores de produção limitados, ou seja, a terra disponível apresenta uma declividade razoável que impede o uso de máquinas agrícolas como o trator, o escarificador, a carreta ou o semeador direto, dentre outros equipamentos vinculados à tecnologia agrícola. Sendo assim, o agricultor utiliza animais de tração para mover arados, grades, carroça e capinadeiras manuais. Tal restrição impede que ele se beneficie da tecnologia, mesmo o fumicultor tendo capital disponível para adquiri-la (muito difícil), caracterizando um baixo emprego de tecnologia.

O difícil acesso à propriedade distanciando-se do mercado impossibilita receber informações atualizadas e coloca-o como dependente único da intermediação com a assistência técnica da empresa fumageira (orientador de fumo). Sua localização dificulta a tentativa de buscar alternativas para a produção (caso fosse o intuito), pela distância do centro consumidor que é inviabilizada pelos custos relativos a se ingressar no mercado com outra produção, *a priori*, possivelmente mais rentáveis.

A restrição ambiental afeta a racionalidade do agricultor na tomada de decisão no cultivo do fumo, tendo que respeitar os limites impostos pela natureza, bem como as leis ambientais que promovem uma punição legal ao agricultor que avançar nas matas nativas da região. É por esse motivo que os agricultores do III e IV Distrito tomam precaução e a maioria adota o fumo tipo *Burley* que não necessita de lenha para o processo de cura, uma vez que é feita com o uso de galpões. Um dos motivos pelos quais a renda bruta gerada também não é maior deve-se pelo fato da variedade possuir um valor de comercialização menor que o cultivo do tipo *Virginia*. Outro aspecto que corrobora esta questão é a relação existente de mão de obra na propriedade agrícola, uma vez que quanto menor for esta mão de obra, maior é a possibilidade de cultivar o fumo tipo *Burley*, pois ele necessita de menos trabalho no momento da colheita. Esse agricultor não ultrapassa os

dois hectares de fumo (aproximadamente, 35 mil pés cultivados).

A dependência do agricultor para com a indústria é maior em comparação a fumicultores com maior acesso viário, informação e a presença de atravessadores. Além disso, a lealdade do fumicultor ao contrato com a agroindústria de tabaco é mais elevada, pois não dispõe de muitas opções de mercado nem procura por estas, devido à preferência por uma orientação voltada ao trabalho na propriedade.

Devido às muitas restrições agroecológicas que conduzem a uma racionalidade produtiva limitada a esses fatores, podendo ocorrer migração para outras regiões com maior acessibilidade de trabalho ou para centros urbanos, elevando as estatísticas do êxodo rural.

Fumicultores com relativa restrição: Este tipo se caracteriza pela pouca restrição nas condições agroecológicas para o cultivo do fumo. Nessa categoria, enquadram-se agricultores com até 20 hectares que possuem apenas a fertilidade ou o tipo de solo como restrições naturais existentes. Portanto, caso apresente condições financeiras favoráveis, o produtor faz o uso de máquinas agrícolas como o trator, escarificador, carreta, semeador direto e outros equipamentos vinculados à tecnologia agrícola. Dessa forma, tem-se um emprego razoável de tecnologia, caso possuir em sua unidade de produção agrícola.

Sua localização, apesar de distante do mercado, possibilita benefício de informações sobre o canal de comercialização, bem como não dependência tanto das informações trazidas pelo orientador de fumo (assistência técnica privada), podendo questionar as tentativas de domínio da empresa. Embora possua acesso ao comércio pelas condições razoáveis das estradas, não o faz pelas dificuldades de transação de produtos alternativos que necessitam de construção social de mercado.

As restrições mais significativas na cultura é o fator mão de obra, diante dos períodos de colheita, de instalações ou na necessidade de aumentar a área produtiva,

que dificilmente ultrapassam os 4 hectares transplantados (aproximadamente, 70 mil pés de fumo). Já a relação contratual estabelecida entre a empresa e o fumicultor tem um menor grau de lealdade, devido à intervenção dos atravessadores no processo. Tal interferência dos intermediários pode promover um contexto positivo para os agricultores, em relação ao preço final do produto, quando ingressa como concorrente na compra da produção dos fumicultores. Essa situação faz a empresa fumageira utilizar artifícios (outros atravessadores) para *seduzir* fumicultores de outras empresas.

O processo de desenvolvimento econômico na propriedade é razoável, mas não possui giro de caixa para produzir a próxima safra, precisando recorrer ao crédito da indústria fumageira. Esse perfil de fumicultor tem perspectivas menores de migrar para outro local ou ser alvo do êxodo rural. Na região analisada, a maioria dos fumicultores se enquadra nesse perfil.

Fumicultores com baixas restrições: Este tipo de fumicultor se caracteriza pela mínima ou inexistência de restrições agroecológicas para a atividade. São enquadrados agricultores com mais de 21 hectares que possuem ótimas terras, com fertilidade alta ou corrigida por insumos externos. A situação permite o uso de toda a tecnologia existente para a atividade fumageira se beneficiando no sistema produtivo. Portanto, esses fumicultores têm alto acesso à tecnologia e dispõem para uso, quando necessário.

A localização permite acesso facilitado ao canal de comercialização. Estão informados sobre as condições para a venda da produção, bem como têm acesso às zonas preferenciais de produção de tabaco e fazem análises para sua venda, tentando barganhar preço com a indústria pela sua quantidade produzida. Mesmo com a distância do acesso asfáltico, conseguem se locomover facilmente. Possivelmente, podem projetar diversificar a atividade, caso perceberem uma conjuntura desfavorável para a produção de tabaco no ano subsequente, o que promove a ação de produtos

voltados à agricultura comercial de larga escala, principalmente, a soja.

A atividade conduzida pelo fumicultor, em essência, não prevê dificuldades na mão de obra, pois contrata temporariamente para auxiliar no processo produtivo. Geralmente, possui uma ou duas famílias dispostas a receber um percentual da produção em troca do trabalho na atividade (meeiros). Caso necessitar, se locomove aos centros urbanos para buscar mão de obra para o processo de colheita e classificação. A área produzida pode facilmente ultrapassar os cinco hectares (mais de 100 mil pés cultivados).

Em muitos casos, não existe relação contratual de crédito de insumos desse fumicultor com a agroindústria fumageira, mas sim um contrato (pedido) somente para a comercialização do produto na empresa. Normalmente, por ter escala de produção, consegue barganhar preço com a indústria. Na inexistência de consenso, busca os concorrentes para a comercialização do tabaco. Portanto, a relação de dependência é menor, mas somente no momento de comercialização, quando a safra de fumo possui condições favoráveis de exportação. Nesse perfil, os atravessadores pouco têm capacidade de compra da produção, e o próprio fumicultor pode ter como pretensão de diversificar seu negócio e se inserir como atravessador.

Caso as condições forem favoráveis ao cultivo de fumo, o desenvolvimento da atividade torna-se estritamente empresarial e possui ótimas projeções quanto ao progresso da unidade de produção para o futuro, caso as condições forem favoráveis à atividade fumageira. Existe a possibilidade de aquisição de novas áreas produtivas, conforme a rentabilidade da cultura for propícia a investimentos. Na abordagem empírica, são poucos os fumicultores que se enquadram no perfil.

6 Onde está a subordinação do fumicultor jaguariense?

Inevitavelmente, quando se discute a subordinação dos agricultores a indústria, reporta-se as bases dos clássicos rurais. Kaustky (1972) já afirmava na obra *A questão agrária* que na atividade rural não haverá uma divisão do trabalho como na indústria, mas acontecerá através da subordinação cada vez maior da agricultura diante da indústria de insumos e de processamento. Para ele, o agricultor torna-se um atendedor das demandas da indústria.

Mais tarde, John Wilkinson, com enfoque kautskyano, afirma que o avanço do capitalismo na agricultura é a subordinação da agricultura-indústria, porque o desenvolvimento tecnológico intensivo em capital promovido pelos sistemas industriais iria definir a permanência ou exclusão na atividade. Para o autor, a área explorada teria que crescer continuamente para permitir a adoção viável das tecnologias que a indústria gera ao longo do tempo. A título de exemplificação, Wilkinson se ampara na experiência da mecanização, em que é necessário possuir grandes extensões de terra para adotar as grandes máquinas na agricultura, uma vez que necessita ter uma escala suficiente que compense a sua aquisição (WILKINSON, 1986, 2002). A afirmação de Wilkinson em relação à extensão de terra não reflete a realidade do sistema de produção de fumo, pois, como já mencionado, ele se fundamenta no sistema intensivo e no uso de pouca terra para produção.

O desenvolvimento capitalista na agricultura é um processo de apropriação pela indústria das tarefas agrícolas, materializadas em tecnologias que podem ser comercializadas e patenteadas. Isso proporciona um aumento vertiginoso nos ganhos da indústria (GOODMAN; SORI; WILKINSON, 1990). Hauresko (2007) argumenta que se impõe uma racionalidade, ou seja, implanta-se o império do tempo cronometrado, a adoção de novas técnicas. A cidade passa a regular toda a produção, o capital financeiri-

ro passa a atender as necessidades dessa produção, ampliando-se as exigências de racionalidade no campo.

A questão da subordinação dos agricultores de Jaguari/RS às agroindústrias fumageiras é comumente observada por cinco fatores importantes que envolvem esse sistema de integração: 1) controle da comercialização da matéria-prima; 2) o domínio da tecnologia do sistema de produção; 3) financiamento e crédito de insumos e instalações; 4) assistência técnica; e 5) garantia de compra da safra.

Em relação ao primeiro, a agroindústria integradora controla a industrialização da matéria-prima, fazendo com que o agricultor tenha a necessidade de se adequar aos parâmetros exigidos para conseguir comercializar o produto. Este é vivenciado pelas constantes pressões exercidas sobre os cultivos de *Burley* e as exigências de qualidade e limpeza das instalações existentes nas unidades de produção agrícolas.

Os agricultores tiveram acesso a variedades provindas do estado do Paraná, as quais apresentam uma produtividade maior em relação às variedades oferecidas pelas empresas. Em anos que ocorreu a falta do tabaco no mercado internacional, a compra desse produto trouxe uma rentabilidade elevada para os agricultores que se apropriaram dessas sementes e que alguns, ainda, continuam produzindo. As empresas, quando notificaram que esse cultivar ultrapassava os limites de nicotina existente, começaram um processo de desvalorização no ato de compra dessa variedade, no sentido de condicionar o fumicultor a desistir de produzir esse tipo de fumo em folha. A cada ano, a tentativa de erradicar a produção desse tipo de tabaco se reverte na diminuição do valor pago dessa variedade ao produtor para evitar que continue a cultivar. Desse modo, exemplifica-se um clássico exemplo de controle da qualidade do fumo em que a indústria beneficia.

O domínio da tecnologia de produção do tabaco pela indústria fumageira é outro fator relevante para que o fumicultor

se sujeite a utilizar o pacote tecnológico ofertado para a atividade. As pesquisas avançadas sobre os melhores métodos de cultivo garantem ao fumicultor a possibilidade mínima de que se ele seguir as recomendações especificadas por orientação técnica conseguirá obter resultados eficientes na produção do tabaco. Dessa forma, a relação de confiabilidade que ela fornece ao agricultor é motivo para a dependência dele pela tecnologia da agroindústria.

O financiamento e crédito para a atividade é outro propulsor para essa relação de dependência. Um produtor que não tem nenhum recurso financeiro para dar início à atividade fumageira, mas dispõe de uma terra arrendada, pode ser favorecido com o financiamento de todas as instalações, insumos e materiais necessários para se desenvolver a cultura. O crédito é fornecido para ser quitado em vários anos com percentual da produção de fumo, ou seja, a empresa usa o tabaco como forma de receber seus investimentos com o agricultor. Essa relação de confiança no trabalho do agricultor e a facilidade de obtenção desses recursos são benefícios motivadores para o produtor.

No sistema de integração da indústria com os agricultores, é oferecida, com exclusividade, a assistência técnica em contrapartida da venda total da produção. Os produtores comprometem-se por meio de contratos e moralmente, ou seja, uma maneira encontrada pelas indústrias para manterem o controle produtivo em suas mãos desde o início do cultivo do tabaco e não apenas no momento da venda final. (BOEIRA, 2002). Dada a deficiência da assistência técnica pública perante os agricultores, a possibilidade de ter atenção personalizada pela orientação técnica da empresa, sem seus custos serem auferidos formalmente no contrato¹², os agricultores entendem-

¹² A assistência técnica privada do setor fumageiro é tida como gratuita, pois não é contabilizada formalmente, mas sabe-se que está imbuída nos pacotes tecnológicos ofertados pela empresa que são relativamente mais caros em relação aos existentes nas empresas não ligadas ao setor.

na como essencial, pois poderão conduzir sua atividade com maior segurança de obtenção de um resultado positivo no final da produção. Porém, já se percebe que, devido à demanda da assistência técnica privada (orientador de fumo) atender um grande número de agricultores por área de produção, não se torna um fator que faz diferença no processo produtivo. Portanto, a assistência técnica privada nem sempre é mais capacitada e de melhor qualidade. Nota-se que técnicos recém-formados são contratados pelas indústrias fumageiras sem ao menos conhecer a cultura, apenas para formalizar os contratos de venda de insumos e compra da produção. Acabam sendo efetivados sem, ao menos, ter uma noção da realidade da produção de tabaco.

Por último, toma-se a garantia de compra do produto e a possibilidade de cada ano agrícola ser negociado o preço com a indústria fumageira. A cultura do fumo é a única, com raras exceções, que se negociam os preços anteriores a sua venda e na própria comercialização. A interferência do agricultor na classificação, principalmente, pode resultar em maiores ganhos e, conseqüentemente, aumento na renda bruta do produtor. Para Boeira (2002), a definição antecipada dos preços mínimos a serem pagos aos produtores no final da safra é um dos motivos que gerou a estabilidade do sistema integrado.

Todos os elementos citados estimulam o agricultor a estabelecer uma relação de dependência com a agroindústria integradora. Isso, por sua vez, legitima e fornece poder para as multinacionais estabelecerem certos padrões e requisitos para a continuidade da produção. Diehl et al. (2005) corrobora com nossa análise afirmando que o cultivo do fumo é intensamente integrado às empresas fumageiras tanto a montante do processo, no que se refere ao fornecimento de todo o pacote tecnológico de insumos (crédito) e da assistência técnica, como a jusante do processo, na compra e determinação da qualidade e do preço do fumo¹³.

Os cinco parâmetros tomados como objeto de reflexão possibilitaram aos agricultores que estavam excluídos de outras atividades agrícolas, ou seja, do mercado, atingir uma forma rentável de produção e um reconhecimento pela sua atividade. Aqueles que estavam a margem desse processo perceberam na integração uma oportunidade de produzir-se economicamente, possibilitando, também, a aquisição de bens e serviços que, anteriormente, eram inacessíveis.

7 Pela concepção do fumicultor: vantagens da cultura

O agricultor integrado à indústria do fumo “é um produtor racional” na medida em que planeja, pensa, organiza todo o processo de produção da matéria-prima (fumo em folha) com o rigor exigido pela indústria (HAURESKO, 2007). Esse é um dos motivos pelos quais os agricultores de Jaguari/RS começam a cultivar o tabaco, pois o domínio da tecnologia pela agroindústria proporciona certa confiança no processo produtivo, ou seja, se seguir todas as recomendações da indústria tem grande possibilidade de êxito na cultura.

O fator mais intenso que condiciona a tomada de decisão no momento da transição para o sistema de produção de fumo é a possibilidade de alta rentabilidade por hectare. Isso é afirmado pelo *Agricultor A* sobre o ingresso do cultivo do fumo nas unidades de produção agrícolas: “*ele [fumo] começou a dar dinheiro, mais que o feijão, mais que as outras coisas*”. A racionalidade econômica é preponderante na reprodução da família e na sua continuidade no meio rural. Sua permanência em condições adversas de produção devido às restrições agroecológicas (fumicultores com alta restrição) deve-se, principalmente, à cultura do tabaco como fonte de renda principal e aos cultivos como feijão, batata, mandioca, hortaliças, entre outros, servindo para o autoconsumo da família. Portanto, não se prospecta outra cultura que possa substituir

o tabaco, segundo o *Agricultor A*: “Aqui, se não plantam fumo, muita gente não sei do que iam viver”.

A estrutura fundiária levantada pelo IBGE (2008) é de 239 propriedades do município de Jaguari/RS que possuem até quatro hectares, o que inviabiliza a produção de grãos em escala de mercado. Grande parte dessas propriedades está situada no III e IV Distrito de Jaguari/RS e como afirma o *Agricultor A*: “é que vai bem pouquinho terra pra plantar fumo né, por isso o pessoal, esses que tem menos terra, plantam fumo”. Nessa mesma região, existem disparidades na questão fundiária, como se tipificou os fumicultores anteriormente. Assim, também é possível destacar fumicultores com propriedades ultrapassando os 50 hectares. Sobre as culturas voltadas para o mercado é evidenciada a fala do *Agricultor A*: “Mas até os que têm mais terra se invejou dos pobre e tão plantando... Esses mais forte, planta soja, milho, feijão e fumo [...] aqueles mais pobre plantam só fumo né”. A produção somente de fumo afirmada na fala é voltada para a rentabilidade econômica, pois logo mais afirma: “e eles plantam de tudo pra comer [...] se não fosse plantar, aí tinha que comprar, aí fica feio né [...] tem gente, que só planta fumo e compra pra comer na cidade, e eles tão bem, tão bem, bem mal”. A especialização tratada sobre o cerne do cultivo do fumo é voltada para comercialização, mas, na região estudada, a maioria produz, em concomitância, alimentos básicos para o autoconsumo.

Em todas as falas dos agricultores investigadas, nota-se unanimidade sobre as vantagens de produção de fumo. O *Agricultor B* coloca a situação ao extremo: “antes de plantar fumo eu não tinha o que comer”. Isso é afirmado para mostrar a importância que a cultura tem na produção da família, mas nem por isso eliminaram o cultivo de produtos para o autoconsumo. Já sobre a possibilidade de substituir a cultura, o *Agricultor C* adverte: “mas não tem como subs-

tituir o fumo, não tem, no momento não tem, é só essa a melhor renda né”.

A assistência técnica proporcionada pela empresa fumageira é um dos motivos que condiciona a adoção inicial do cultivo, mas, ao passar do tempo, com o conhecimento da cultura, já não mais se torna referência e são alvos de constantes questionamentos. Para o *Agricultor C*: “tem o orientador né, mas humm, num (sinal de negação) só faz os pedidos, aí depois vê, não tem nada, não [...] é só vem praticamente pra fazer o pedido né...”. Outros questionam a capacidade técnica dos orientadores de fumo:

Um dia ele veio na roça, vai fazer dois anos [...], no meio do fumo ele me perguntou que fumo era esse aqui, aí eu disse pra ele, esse aí é o bicudo, o tal de Catarina, e teimamos tempo e ele me teimando que eu tava mentindo pra ele, eu disse pra ele tu não quer acreditar? (Agricultor B).

Em outro momento afirma:

Um dia nós teimamos um pouco [...] aí ele veio ali e veio com as medida, daí eu digo, eu disse pra ele, mas ta certo assim! a gente sabe da terra da distância, e foi e foi, daí nós teimamos e eu digo pra ele: eu vou te dizer uma coisa, tu sabe fazer nos papel aí, mas aqui na terra eu sei, se tu me mandar teus papel não sei, mas aqui na terra, aqui, tu não faz o que eu faço, daí ele, daí ele ficou quieto, se incomodou comigo [...]. (Agricultor B).

O financiamento e crédito de insumos e instalações são outros motivos importantes que condicionam os agricultores a adotar a base produtiva. Isso é confirmado pelo *Agricultor C*: “há, sim, pra galpão é tudo com a firma, daí no caso, por exemplo, esse ano, se eu quiser aumentar minha planta eu vou ter que fazer um galpão, aí se

¹³ O preço do fumo é formalizado de acordo com a classificação do produto, com ou sem a presença do fumicultor. Esta classificação é norteadada de acordo com os estágios da planta, bem como a sua qualidade requerida no ano safra, a qual nunca se tem definição coerente, mesmo precisando seguir uma classificação padrão.

eles estão financiando eles dão o dinheiro né...". Em relação ao apoio, a safra seguinte afirma: "*eles [a firma] dão insumo, mandam semente, os negócio lá, aí depois eles descontam né*". A facilidade proporcionada ao agricultor para produzir é tamanha que sua preocupação fica somente em conseguir produtividade e boa qualidade, pois todo o resto é garantido pela integração fumicultor-agroindústria, desde o financiamento dos insumos e instalações até a compra garantida do produto.

As facilidades proporcionadas ao agricultor como: uso de mão de obra familiar, alta renda obtida por hectare, elevada produtividade com uso de pouca terra, assistência técnica e financeira, insumos, negociação do preço antes e no momento da compra, entre várias questões apresentadas são motivos que se apresentam muito fortes e condicionam sua produção na fumicultura. Silva (2002) verifica a evidente especificidade do ativo fumo, de forma que os fumicultores perderiam muito em uso de conhecimento e obtenção da renda se abandonassem à produção em direção a transações de outros bens como o milho e o feijão.

A dependência do agricultor à agroindústria fumageira é superada pela expectativa de renda elevada, o que nem sempre acontece em todos os anos, variando entre altos e baixos, mas que ainda lhe proporciona condições de continuar na atividade. Por fim, a questão é complexa e as negociações de conflitos existentes e a possibilidade da melhoria econômica das famílias agricultoras é a questão cerne que ainda faz a fumicultura persistir tão fortemente no cenário agrícola, em certos casos, ainda evitando o êxodo rural.

8 Considerações finais

Este trabalho preocupou-se em mostrar, além da dependência/subordinação do agricultor a indústria, a importância do cultivo de fumo no âmbito econômico tanto para as famílias agricultoras, como também para os municípios que abrangem a cultura.

Limitou-se a apresentar a discussão, sem questionar os problemas ambientais e sociais que o cultivo apresenta, pois se priorizou conduzir a discussão pelo olhar do fumicultor, aquele que necessita sobreviver no meio rural. Sabe-se das muitas alternativas propostas à fumicultura, muitas sem sucesso, devido às condições culturais, agroecológicas ou falta de estímulo das políticas públicas.

Na verdade, independente de políticas que promovam a diversificação no espaço rural, é necessário entender a dinâmica existente em cada particularidade, o que se torna muito difícil. A tentativa de caracterização dos fumicultores apresentada já adverte de forma limitada que dentre eles existe diferenciação, aqueles com maior e menor capacidade. Sem dúvida, as necessidades da produção de tabaco são completamente diferentes e implicam em distintas intervenções no espaço rural. É, dessa forma, que se argumenta certa limitação nos programas de diversificação da agricultura, sem incitar os enormes benefícios da cultura do fumo comparada aos produtos agrícolas em geral.

Independente das posições favoráveis ou contrárias a produção do tabaco, é necessário compreender que os agricultores necessitam de estratégias viáveis a reprodução social no meio rural, evitando, talvez, o êxodo rural. Por enquanto, a única alternativa vislumbrada pelos agricultores com significativas restrições ambientais é o cultivo do fumo, sendo que ainda não visualizam uma opção que possa promover uma substituição do tabaco pela maioria dos fumicultores. O que se evidenciam são alternativas pontuais e que só refletem em ações da comunidade específica, o que é, de certa forma, um avanço, mas não para diminuir a dependência do tabaco. Ao contrário, ter-se-á uma transição/migração aumentando vertiginosamente o número de famílias agricultoras para o sistema de produção fumo. Esse reflexo parece conduzir as estratégias das famílias agricultoras nas condições que se apresenta a agricultura brasi-

leira, apesar de reconhecer o esforço dos últimos anos.

Portanto, na realidade apresentada que parte de uma análise particular, muitas vezes, pode-se situá-la no geral extrapolando os limites do território jaguariense. A transição para matriz produtiva do fumo desse município reflete-se, cada vez mais, na preocupação de impulsionar intervenções no meio rural que sejam realmente vindouras, mas que as famílias agricultoras tenham condições de produzir.

Apresentada a realidade, pode-se afirmar que a tendência não é diminuir o cultivo de fumo em nenhuma unidade de produção agrícola. O que pode ocorrer é uma flutuação na produção dependendo das condições macroeconômicas que se estabelecem e a sua maior ou menor oferta. Se o Brasil (2º) é condenado pela produção de fumo, o que se pode inferir sobre a China (1º), Índia (3º), Estados Unidos (4º), Indonésia (5º) em relação ao seu volume de produção de tabaco? Logo, a questão que se deve perceber não se passa pelo ataque aos problemas que o cultivo acarreta no meio ambiente e na saúde do fumicultor e do consumidor, mas perceber que, enquanto isso, a econômica dos municípios, estados e países é dinamizada pela cultura e, o mais importante, que muitos agricultores estão produzindo através desta ou se imagina os elevados índices de êxodo rural que podem ocorrer se esta base produtiva não tivesse surgido como alternativa de sobrevivência no meio rural.

A contribuição deste trabalho vem no sentido de perceber que o problema da fumicultura está na base do agricultor e na falta de políticas representativas e eficazes, garantia de preços justos, acesso ao mercado igualitário e, por último, tentativa de alternativas a produção (que já existem), pois esta é consequência das outras. Enfim, enquanto isso não se concretizar, a continuidade de produção das famílias agricultoras é a base do sistema de produção fumo. É a mais pura realidade.

9 Referências bibliográficas

AFUBRA. Associação dos Fumicultores do Brasil. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/>>. Acesso em: 02 abr. 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, Portugal: Edições 70 LDA, 1977.

BOEIRA, S. L. **Atrás da cortina de fumaça: tabaco, tabagismo e meio ambiente – estratégias da indústria e dilemas da crítica**. Itajaí: Univali, 2002.

BORTOLUZZI, E. C. et al. Contaminação de águas superficiais por agrotóxicos em função do uso do solo numa microbacia hidrográfica de Agudo, RS. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, PB, v. 10, n. 4, p. 881-887, 2006.

DIEHL, M. R. et al. Caracterização do parcelismo das terras nas propriedades familiares de fumo no município de Paraíso do Sul – RS. In: Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, 1., 2005, São Luiz Gonzaga, RS. **Anais...** São Luiz Gonzaga, RS: UERGS, 2005. p. 1-7.

DIESEL, V. et al. Diferenciação espacial do comportamento da produção integrada. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 38., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Sober, 2000. p. 1-24.

DUFUMIER, M. **Les projets de développement agricole: manuel d'expertise**. Paris: CTA-Karthala, 1996.

GARCIA FILHO, D. P. **Guia metodológico de diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília: FAO/INCRA, 1999.

GOODMAN, D.; SORI, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

HAURESKO, C. A racionalidade do sistema de produção agrícola dos camponeses integrados à indústria do fumo. **Revista Guairacá**, Guarapuava, n. 23, p. 61-81, 2007.

IGBE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estrutura fundiária de Jaguari/RS**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasil500/glossario/estfundiaria.html>. Acesso em: 12 jan. 2008.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Porto: Portucalense, 1972.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2004. **Por que aprovar a Convenção-Quadro para o controle do tabaco?** Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/tabagismo/cquadro3/cquadro.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2010.

POLLAN, M. **O dilema do onívoro: uma história de quatro refeições**. Tradução Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

REDIN, E. et al. Agricultura familiar e o cultivo de fumo no sul do Brasil: um estudo sobre a racionalidade dos atores do município de Arroio do Tigre, RS. In: Congresso Argentino e Latinoamericano de Antropologia Rural, 4., 2009, Mar Del Plata. **Anais...** Mar Del Plata: Nadar, 2009. p. 1-20,

SINDITABACO. **Sindicato da Indústria do Tabaco**. Disponível em: <http://www.sindifumo.com.br/?link=imprensa.presskit&id=73>. Acesso em: 24 mar. 2010.

SINDITABACO. **A cultura do tabaco no sul do Brasil**. 2009. Disponível em: <http://www.sindifumo.com.br/?link=publicacoes>. Acesso em: 25 mar. 2010.

SILVA, X. L. **Análise do Complexo Agroindustrial Fumageiro Sul-Brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação**. 2002. 279 f. Tese (Doutorado em Economia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução: Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WILKINSON, J. **O estado, a agroindústria e a pequena produção**. Bahia: Hucitec, 1986.

WILKINSON, J. Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, v.18, p.147-174, 2002.